

ALICIO SILVA ANDRADE FILHO

**NOVAS TECNOLOGIAS, TELEMÁTICA E A DIFÍCIL PROTEÇÃO DA
PRIVACIDADE: UMA ABORDAGEM DOS ASPECTOS PENAIS NA REDE
MUNDIAL DE COMPUTADORES.**

**Osasco
2013**

ALÍCIO SILVA ANDRADE FILHO

**NOVAS TECNOLOGIAS, TELEMÁTICA E A DIFÍCIL PROTEÇÃO DA
PRIVACIDADE: UMA ABORDAGEM DOS ASPECTOS PENAIS NA REDE
MUNDIAL DE COMPUTADORES.**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora da UNIFIEO – Centro Universitário FIEO, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, tendo como área de concentração “Positivização e Concretização Jurídica dos Direitos Humanos”, inserido na linha de pesquisa em Direitos Fundamentais em sua Dimensão Material, dentro do projeto Novas Tecnologias, Telemática e difícil a Proteção dos Direitos da Personalidade: uma abordagem dos aspectos penais na rede mundial de computadores, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Salvador Frontini.

**Osasco
2013**

ALÍCIO SILVA ANDRADE FILHO

**NOVAS TECNOLOGIAS, TELEMÁTICA E A DIFÍCIL PROTEÇÃO DA
PRIVACIDADE: UMA ABORDAGEM DOS ASPECTOS PENAIIS NA REDE
MUNDIAL DE COMPUTADORES.**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora da UNIFIEO – Centro Universitário FIEO, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, tendo como área de concentração “Positivização e Concretização Jurídica dos Direitos Humanos”.

Aprovada em 22/05/2013

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Paulo Salvador Frontini

Professor Doutor. Fernando Pavan Baptista

Professora Doutora. Cintia Regina Béo

Conceito Final_____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof^a Dr^a Anna Cândida da Cunha Ferraz por coordenar com total empenho o Curso de Mestrado, e fazer concentrar o seletivo grupo de Doutores; e com carinho ao Orientador Prof. Paulo Salvador Frontini, e intenso reconhecimento aos Professores Eduardo C.B. Bittar, Margareth A. Leister, Débora Gozzo, Márcia Alvim, Luiz C. Azevedo, Domingos S. Zainaghi, Luis Rodolfo de Souza Dantas e Fernando Pavan Baptista, evidente que sem o apoio de familiares e amigos essa produção não se realizaria, meus sinceros agradecimentos.

Alguns qualificam o espaço cibernético como um novo mundo, um mundo virtual, mas não podemos nos equivocar. Não há dois mundos diferentes, um real e outro virtual, mas apenas um, no qual se devem aplicar e respeitar os mesmos valores de liberdade e dignidade da pessoa. (Presidente JACQUES CHIRAC, Conferência sobre Segurança Cibernética da OEA, realizada em Buenos Aires, Argentina, em 28 e 29 de julho de 2003)

RESUMO

Este estudo apresenta alguns aspectos dos Direitos Humanos Fundamentais sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para ganhar um lugar de destaque na vida das pessoas e, conseqüentemente, no mundo jurídico, portanto, pode afetar bens jurídicos individuais ou supra-individuais. O foco deste trabalho é demonstrar a dificuldade de proteger os direitos fundamentais à dignidade humana em assuntos relativos à intimidade, privacidade e comunicações pessoais inviolabilidades bens incorpóreos na rede mundial de computadores - Internet. Estudamos quais são as características e meios de ação dos agentes que enfrentam esses direitos reconhecidos e, como fornecer os meios para acabar com a ameaça, ou a lesão. Buscamos compreender a existência da possibilidade de aplicação dos direitos já garantidos na carta máximo sobre a sua adequação em norma penal incriminadora. Também estudamos a possibilidade definição de norma especial que defina regras nas relações das pessoas que utilize a Internet sem distanciar da tutela da dignidade da pessoa humana. Além de estimular o debate quanto ao tema, a fim de que seja respeitada à clausula de não retrocesso social.

Palavras-chave: Direitos Humanos Fundamentais, Privacidade na Rede Mundial de Computadores, Crimes Informáticos, Agentes da World Wide Web, limitação Legislativa na esfera Penal.

ABSTRACT

This study presents some aspects of Fundamental Human Rights on the Information and Communication Technologies (ICT) to gain a prominent place in people's lives and consequently in the legal world, therefore, can affect individual legal or supra-individual. The motive of this work is the difficulty of protecting fundamental rights to human dignity in matters pertaining to intimacy, privacy, and personal communications inviolabilidades intangible property in the global network of computers - Internet. We studied what are the characteristics and means of action of agents that confront these rights recognized, and as the victim provide the means to end the threat, or injury. We seek to understand the existence of the possibility of application of rights already guaranteed in the letter maximum on their suitability in criminal standard incriminating. But also the possibility of creating criminal standard special tutelage and set rules in the relations of the people who use the Internet without distancing the protection of the dignity of the human person. Besides stimulating the debate on the subject, so that the clause is not respected social backlash.

Keywords: Fundamental Human Rights, Privacy environmental Cyber, Cyber-Crimes criminal. Agents on the World Wide Web, Limiting the legislative sphere Criminal.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Código Civil
CF	Constituição Federal
CI	Ciência da Informação
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CPP	Código de Processo Penal
HTTP	Protocolo de Transferência de Hipertexto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	Internet Protocolo
IRC	Internet Relay Chat
IUNIP	Instituto Universitário Paulista
IBDI	Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCP	Protocolo de Controle de Transmissão
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFSC	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo
UNIFIEO	Centro Universitário FIEO
W3C	World Wide Web Consortium
WWW	World Wide Web

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DIREITOS FUNDAMENTAIS E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
1.1. Direitos fundamentais	15
1.2. Direitos Fundamentais e a Constituição Brasileira	17
1.3. Dignidade da Pessoa Humana	19
1.4. Direitos da Personalidade: Conceitos e Fundamentos	21
2. REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES	
2.1 Globalização	26
2.2. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009.	30
2.3. Surgimento da internet	31
2.4. Internet no Brasil	33
2.5. Definição de Internet	34
2.6. Natureza Jurídica da Internet	35
2.7 Privacidade na Internet	36
3. DELITOS INFORMÁTICOS: OS AGENTES DELITUOSOS NO AMBIENTE CIBERNÉTICO E APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA PENAL	
3.1. Os agentes.	44
3.2 Delitos informáticos ou condutas aéticas	47
3.3 Formas de atuação do agente	51
3.4 As Armas Tecnológicas	52
3.4.1 Os vírus	52
3.4.2 Cavalo de Tróia (Trojans)	53
3.4.3 Mail-bomb	54
3.4.4 Anonymail (e-mail anônimo)	54
3.4.5 Backdoor	54
3.4.5 Worms (vermes)	55
3.5 Aplicação da Norma Jurídica Penal	56

4 DELITOS INFORMÁTICOS: TIPIFICADOS POR NORMA PENAL INCRIMINADORA QUE TUTELA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE.

.....	60
4.1 Inserção de dados falsos em sistema de informações	60
4.2. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	60
4.3 Intercepção de comunicações telefônicas.	61
4.4 Divulgação de segredo.	61
4.5 Violação de sigilo funcional.	61
4.6. Fraude no serviço eleitoral através de computador.	61
4.7 Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações	62
4.8 Informação sobre o consumidor desatualizada.	62
4.9 Sigilo dos dados	64
4.10 Acesso não autorizado a sistemas computacionais	63
4.11 Sabotagem de Computadores	67
4.12 Criação de Vírus	68

5 CONDUTAS AÉTICAS NÃO TIPIFICADAS POR NORMA PENAL INCRIMINADORA, MAS QUE AFETAM DIREITOS DA PERSONALIDADE.

5.1 O delito de dano e os dados computacionais	69
5.1.1 A conduta de dano a dados ou informações computacionais	70
5.2 Delito acessório de dano a dados informáticos.	73
5.3 Violação de correspondência	76
5.3.1 O correio eletrônico (e-mail)	77
5.3.2 Natureza Jurídica do correio eletrônico (e-mail)	79
5.3.3 Correio eletrônico no ambiente de trabalho.	80
5.3.4 Da manifestação judiciária.	83

6.0 O DIREITO ESTRANGEIRO E PROJETOS DE LEI.

6.1 Direito Estrangeiro	89
6.1.1 Estados Unidos da América	89
6.1.2 Portugal	91
6.1.3 Paraguai	92
6.1.4 Argentina	94
6.1.5 Inglaterra	98

6.1.6	Espanha	100
6.2	Futuras Condutas a serem tipificadas	103
6.3	Anteprojetos e Projetos de Lei	104
6.4	O Projeto de Lei n.º 84/99	106
CONCLUSÃO		109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		112